

Bem-estar além do desenvolvimento

Boa Viver na América Latina



DOCUMENTO REGIONAL

Esta publicação é parte do projeto regional “Voces de Latinoamérica por el Buen Vivir más allá el Desarrollo”, implementado pela Plataforma de Organizaciones Copartes e a Red Juvenil Latinoamericana, em articulação com o Escritório Regional da América Latina - ORLA, da tdh Alemanha; de março de 2021 a março de 2022. Se você deseja reproduzir seu conteúdo, por favor entre em contato com os autores ou com a editora.

© 2023 terre des hommes Alemanha

ISBN 978-628-95676-0-1

Autores

Terre des hommes Deutschland E.V. (tdh-A ORLA)

Martin Andres Passini

Ilustrações

Luis Eduardo Medina

Edição e Coordenação

Terre des hommes Deutschland E.V. (tdh-A ORLA)

Projeto gráfico

Luis Eduardo Medina

Tradução

Martin Andres Passini

Criado em

Bogotá. Colombia

Editora

terre des hommes Germany

Carrera 32#25^a-15, Barrio Gran América, Bogota Colombia

Postal code: 111321

www.tdh-latinoamerica.de

Impresso por

AF Impresiones SAS.

Contato

l.alferez@tdh.de

Esta publicação faz parte do projeto regional “Vozes Latino-Americanas para o Bem Viver além do Desenvolvimento”, executado pela Plataforma de Organizações Parceiras e a Rede Latino-Americana de Jovens, em coordenação com o Escritório Regional Latino-Americano - ORLA, da TDH Alemanha; de março de 2021 a março de 2022.

O documento foi elaborado em três etapas: os grupos dos 10 países elaboraram documentos nacionais que coletaram as expressões de crianças, jovens e adultos, em relação aos efeitos do modelo de desenvolvimento em nossas vidas e na natureza; identificaram elementos que devem estar na base de propostas alternativas de desenvolvimento e Bem Viver; e experiências recuperadas que suscitam outras formas de relação do ser humano com a natureza. Esses documentos foram apresentados em uma reunião virtual de diálogo regional, na qual identificamos coletivamente as tendências regionais dos impactos do desenvolvimento, bem como nossas práticas e reflexões em cada território, que foram finalmente sistematizadas por uma comissão composta por representantes dos três Vozes latino-americanas.

“Esta publicação deve ser lida como um tecido feito à mão, a partir de retalhos, texturas e cores, organizado e sistematizado em um texto de múltiplas vozes. Tudo o que se lê aqui vem desse quadro coletivo.”



Com o apoio de:

 **terre des hommes**
Apoio à Infância

CONTENIDO



I. Antecedentes

O modelo hegemônico de desenvolvimento que prevalece no mundo é baseado nas relações de acumulação capitalista, no antropocentrismo e na destruição da natureza: “o modelo capitalista baseado na exploração e apropriação da natureza pelo homem é insustentável para nossa existência¹” A lógica neoliberal é sustentada pela existência de um regime patriarcal, a exploração colonialista dos países do Norte aos países do Sul global e a destruição da natureza².

Nele, o paradigma central do desenvolvimento -que tem características adultocêntricas, patriarcais e racistas- pressupõe crescimento econômico a todo custo, às custas dos povos indígenas, afrodescendentes na América Latina, mulheres, pobres, pessoas com deficiência, a diversidade cultural e os seres vivos não humanos. O capitalismo estrutura as sociedades de forma utilitária, para satisfazer as necessidades e caprichos de um sistema que se sustenta numa permanente intensificação do consumo.³ desenfreado e insustentável, que permite a poucos um acúmulo infinito de recursos financeiros, graças à exploração de milhões ao redor do mundo.

As crianças são as que têm mais direitos violados por esse sistema. Nesse sentido, é conveniente examinar alguns marcos jurídicos desses direitos. A Convenção das Nações Unidas⁴ sobre os Direitos da Criança inova justamente por garantir às crianças todos os direitos e liberdades nelas consagrados, sem distinção, por razões de raça, cor, sexo, idioma, religião, opinião política ou de qualquer outra natureza, origem nacional ou social, posição econômica, nascimento ou qualquer outra condição. Nesse sentido, é necessário destacar os princípios norteadores da Convenção: não discriminação; adesão aos melhores interesses da criança; o direito à vida, sobrevivência e desenvolvimento; e o direito à participação. Esses princípios servem como base para que os direitos de cada criança se tornem realidade. E é o caso de viver e existir em um modelo de desenvolvimento que os respeite.

1. zDocumento de contribuições do Brasil

2. Todos os países da região são afetados pelos projetos extrativistas de empresas do norte global: “intervenções de empresas estrangeiras que compraram nossos bens nacionais, superexplorando-os” Documento de contribuições do Chile.

3. “Nossa sociedade deve modificar urgentemente sua relação com o consumo, desatrelando o paradigma de que consumo e o desenvolvimento andam juntos (...) Esse debate acaba sendo utópico quando pensamos que a maior parte da população não têm acesso aos direitos básicos de sobrevivência e também sofrem diretamente os impactos da degradação do meio ambiente.” Documento de aportes de Brasil

4. ONU, Convenção sobre os Direitos da Criança, disponível em: <https://www.ohchr.org/SP/ProfessionalInterest/Pages/CRC.aspx> (acesso em 19 de abril de 2021)

Os direitos ambientais são uma parte essencial desse respeito pelos direitos das crianças. Embora um direito diretamente relacionado a um meio ambiente saudável não seja explicitamente incorporado, muitos artigos da Convenção apontam um caminho para os Estados Partes e a sociedade em geral. O direito à vida (Artigo 6) explicita o papel dos Estados Partes para garantir “ao máximo a sobrevivência e o desenvolvimento da criança”. Os direitos à saúde (artigo 24), a um nível de vida adequado (artigo 27) e à educação (artigos 28 e 29) trazem entendimentos amplos de elementos essenciais para o pleno gozo daqueles direitos que, em grande medida, são relacionadas diretamente com um ambiente saudável.

Além da Convenção, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável⁵ das Nações Unidas estão diretamente relacionados à necessidade de um modelo alternativo de desenvolvimento. Eles contêm elementos estruturais e preocupações da agenda 2030.

De um ponto de vista mais regional, o artigo 11 do Protocolo Facultativo à Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Protocolo de San Salvador)⁶ garante o direito a um meio ambiente saudável para todas as pessoas e, para os Estados Partes, “promoverá a proteção, a preservação e melhoria do Meio Ambiente. E o Acordo Escazú, que entrou em vigor em 22 de abril de 2021, no Dia da Mãe Terra, visa “garantir a plena e efetiva implementação na América Latina e no Caribe dos direitos de acesso à informação ambiental, participação pública nas decisões ambientais e acesso à justiça em matéria ambiental, bem como a criação e fortalecimento de capacidades e cooperação, contribuindo para a proteção do direito de cada pessoa, das gerações presentes e futuras, a viver em um meio ambiente saudável e seu desenvolvimento sustentável⁷”.

5. <https://www.un.org/sustainabledevelopment/es/>

6. OEA, Protocolo de San Salvador, disponível em <https://oas.org/es/sadye/inclusion-social/protocolo-ssv/docs/protocolo-san-salvador-es.pdf> (acesso em 19 de abril de 2021)

7. O Acordo Regional sobre Acesso à Informação, Participação Pública e Acesso à Justiça em Questões Ambientais na América Latina e no Caribe, (Acordo de Escazú), é um tratado internacional assinado por 24 países da América Latina e do Caribe referente a protocolos para a proteção de o ambiente. Atualmente tem doze ratificações: https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/43595/1/S1800429_es.pdf

II. Sobre o documento⁸



8. Conforme detalhado nesta seção, a elaboração deste documento responde a um processo coletivo, participativo e intergeracional. Sua autoria, portanto, é coletiva: a Rede Latino-Americana de Jovens, a Plataforma de Organizações Parceiras e o Escritório Regional Latino-Americano da tdh Alemanha (ORLA). A compilação, sistematização e redação final ficou a cargo de uma comissão representativa das três vozes, composta por Olenka Magallanes (em nome da Rede Juventude), Bruna Leite (em nome da ORLA) e Martín Passini (em nome da Plataforma Copartes) E então foi colocado à consideração do coletivo, para receber contribuições e melhorias que a comissão incorporou ao texto final.

O presente documento denominado «Bem-estar além do desenvolvimento / Bem Viver na América Latina», resgata reflexões coletivas e propostas comunitárias de regeneração da vida em harmonia. De nossos espaços de diálogo, avançamos nos últimos anos, no reconhecimento do Bem Viver como perspectiva, horizonte e visão de vida, que dá sentido às práticas e processos que realizamos. A partir do legado das culturas ancestrais andinas, chegou-se a um entendimento geral de que nos diversos países e comunidades se produzem práticas, experiências e reflexões que contribuem para a ideia de formas de convivência que são críticas ao modelo de desenvolvimento atual, tanto na América Latina como em todo o mundo. Nesse marco, este documento reúne reflexões feitas em 10 países da região: Argentina, Brasil, Bolívia, Chile, Colômbia, El Salvador, Guatemala, México, Nicarágua, Peru.

Pode-se dizer que este documento foi escrito por muitos anos. É um texto com uma história de outros textos⁹ e, sobretudo, de conversas. Uma prática social central nas nossas comunidades ancestrais e atuais, que se reúnem à volta de uma fogueira, à volta de uma mesa, para discutir saberes, para regenerar a comunidade, para mútua “crianza”, aquela “relação afetiva e amorosa entre humanos, divindades e natureza que está associada aos verbos: alimentar, amamentar e sustentar, que expressam relações de cuidado mútuo, complementaridade, cultivo e hospitalidade”¹⁰ Assim, também conversando em nosso grupo de crianças, jovens e adultos nos encontramos para nos criar. O tema deste texto é, em última análise, o eixo central de nossas reflexões como coletivo latino-americano. O que consideramos no âmbito deste documento, como os antecedentes desse grupo formado por organizações, grupos juvenis e o escritório regional latino-americano de tdh Alemanha (coletivo que chamamos de 3 vozes da América Latina), é em si, uma longa conversa e um longo caminho de aprendizagem, na busca comum de horizontes mais dignos para nossas crianças, jovens e comunidades¹¹. E por isso mesmo, este texto assume-se como mais um insumo - e esperamos que contribua como tal - para continuarmos conversando, também com irmãos de outros territórios e regiões.

9. Esta breve e incompleta lista de documentos da nossa região dá conta desta viagem (espanhol) <https://docs.google.com/document/d/1ZomeTSn8g-DUM0YyNL9dS7BnzYOATO-nmoSMgYu6Gyk/edit?usp=sharing>

10. Documento de contribuições do Peru

11. Diante do medo, como “conteúdo fundamental das políticas de desenvolvimento global” (que não há alimentos suficientes, recursos, colapso, aquecimento global etc.) e que levam à “urgência de” formular soluções o mais rápido possível, por meio de instrumentos e procedimentos alheios à realidade”, restabelecer a serenidade e os desafios de longo prazo, bem como ações incrementais que salvem os “limites do tempo”, são pontos de partida para experiências alternativas de desenvolvimento. Documento do Peru.

Este documento responde também a um momento particular, e a sua elaboração a uma metodologia específica, participativa¹² e intergeracional. Esta iniciativa faz parte do projeto regional “Vozes da América Latina para o Bem Viver além do Desenvolvimento”¹³ e foi desenvolvido em três etapas: primeiro de cada um dos 10 países, além da equipe ORLA¹⁴, que compomos o espaço de diálogo regional, foram elaborados documentos nacionais que recolheram as expressões de crianças, jovens e adultos, em relação aos efeitos do modelo de desenvolvimento em nossas vidas e na natureza; elementos identificados que devem estar na base de propostas alternativas ao desenvolvimento e ao Bem Viver; e recuperaram experiências que colocam outras formas de relação do ser humano com a natureza. Posteriormente, com as apresentações nacionais como insumos, realizamos uma reunião virtual de diálogo regional, em que identificamos coletivamente tendências regionais em impactos de desenvolvimento, assim como nossas práticas e reflexões em cada território. Finalmente, este documento não pretende nem exaustividade acadêmica nem solenidade discursiva. Deve ser lido, melhor, como um tecido feito à mão, a partir de retalhos, texturas e cores, organizado e sistematizado em um texto com múltiplas vozes. Tudo o que é lido aqui vem desse enredo coletivo.

12 “A participação de crianças e jovens significa viver e relacionar-se de forma diferente, recuperando a liberdade interior e exterior, aprendendo a ouvir e a partilhar, livres de qualquer medo e violência (...) articulando redes flexíveis e autônomas para crianças e jovens de todos os territórios “América Latina profunda”. Documento de contribuições da Bolívia.

13. Uma apresentação do projeto regional pode ser consultada aqui (em espanhol) <https://sites.google.com/view/voceslatinamericabuenvivir>

14. Escritório Regional Latino-Americano de terre des hommes Alemanha

III. América Latina e desenvolvimento: impactos do modelo atual



A região da América Latina possui uma diversidade biológica e cultural muito rica. Está representada em seus diversos saberes ancestrais, nos métodos tradicionais de cultivo e uso de ervas, na relação com a natureza. Deve-se notar a forma como a vida comunitária caracteriza os povos tradicionais latino-americanos em áreas rurais e urbanas, compartilhando seus conhecimentos de forma intergeracional. Em contextos urbanos, por exemplo, em favelas e bairros populares, o fortalecimento da vida comunitária torna-se palpável como uma saída coletiva, diante de condições de vida muito injustas e desiguais, causadas em grande parte pela ausência de Estados enfraquecidos e dependentes.

Ao mesmo tempo, a história de nossa região se confunde com os **impactos negativos do modelo de desenvolvimento**: os efeitos desastrosos da colonização e uma lógica de desenvolvimento voltada para poucos interesses, e não para o coletivo. A contramano a esa riqueza y diversidad biológica, cultural y de saberes, el modelo de desarrollo vigente -que ya describimos como capitalista, colonial, individualista y egoísta¹⁵ - rompe os laços comunitários e afirma o individualismo (descomunalização), desencantou o mundo e sua espiritualidade (dessacralização), rompeu os laços do homem com a natureza (desnaturação), como elementos centrais da modernidade que se aprofundam com a aceleração desequilibrada do desenvolvimento imposta desde meados do século passado¹⁶. Assim, o modelo exige a superexploração dos recursos naturais, até a sua exaustão, e das maiorias, (especialmente as populações mais vulneráveis), em benefício da acumulação de capital e recursos para uma minoria. O sistema de dominação econômica e política é baseado em uma cultura patriarcal e racista, o que leva a políticas de discriminação e controle de pessoas, especialmente mulheres, jovens de bairros pobres, afrodescendentes, migrantes e povos indígenas.

A promessa histórica do modelo de desenvolvimento era que a modernização, entendida como um processo socioeconômico de industrialização e modernização, levaria à melhoria da qualidade de vida (bem-estar) por meio da satisfação das necessidades econômicas. Os países centrais do capitalismo seguiram esse caminho, que conseguiu alcançar um grau de desenvolvimento e bem-estar para suas populações, graças aos projetos de exploração colonial em países do sul global.

Ao longo de quase 70 anos, após a Segunda Guerra Mundial, esse modelo se consolidou com a intenção de impor pela força (com diferentes métodos) um sistema econômico (capitalismo), político (democracia representativa, com poder limitado e subordinado ao mercado financeiro

15. Documento de contribuições da Colômbia

16. Documento de contribuições da ORLA

internacional) e cultural (anunciado globalmente como o modo de vida americano). Depois de todo esse tempo, são inúmeras as falhas, desastres e impactos negativos para a humanidade e o planeta. Olhando para a América Latina, é necessário destacar uma série de fenômenos e conflitos em áreas muito diferentes (ambientais, sociais, econômicas, políticas) que, no entanto, têm suas causas na crise global do desenvolvimento como modelo:

 Aprofundamento das **desigualdades históricas**¹⁷ nas várias dimensões da vida. As brechas econômicas e sociais são exacerbadas pela privatização, negação de direitos e todo tipo de violência (gênero, institucional, estrutural, racial etc.) Como consequência, a maior parte da população mundial fica de fora do sistema em condições indignas de vida e trabalho (informalidade, trabalho forçado, falta de acesso à moradia¹⁸, trabalho infantil em condições de exploração, etc.), com concentração de riqueza e enormes desigualdades.

 **Mercantilização da vida:** no contexto da lacuna de desigualdade, o modelo de desenvolvimento opera para transformar bens comuns e direitos sociais, como saúde, educação ou comunicação em mercadoria e colocá-los em função da reprodução do capital e não da emancipação e melhoria das condições de vida das comunidades. As patentes sobre o conhecimento científico, mas também sobre o conhecimento ancestral despojado pelas indústrias (por exemplo farmacológicas) ou sobre a própria natureza, produz efeitos tão obscenos quanto a apropriação de parte de alguns dos países mais ricos do mundo, da maioria das vacinas disponíveis contra Covid-19, impedindo também possível produção em outros países após a liberação de suas patentes. O capitalismo expande suas esferas do que é apropriável para a economia verde, comercializa funções ecológicas, água ou desmatamento¹⁹.

 A hegemonia da **ideologia da meritocracia individualista e dos mandatos de normalização**, uma produção política que, ao mesmo tempo em que precariza as condições de vida das pessoas e erode as bases solidárias da vida comunitária, responsabiliza os sujeitos por seus “fracassos”²⁰ Como produto desse sistema de ideologia, o **hiperconsumo e o materialismo** se espalharam,

17. As contribuições de todos os países e organizações coincidem -assim como durante a jornada de trabalho- em visualizar, junto com as várias expressões de violência e os desastres ambientais produzidos pelas diferentes formas de extrativismo na região, a desigualdade como efeito mais evidente do modelo de desenvolvimento no plano econômico e social na América Latina.

18. Com efeitos também nas áreas de proteção ambiental: “Nas cidades, na ausência de políticas habitacionais e na necessidade, grande parte da população sem moradia e em situação de vulnerabilidade à ocupação e gestão de áreas de proteção ambiental”. Documento de contribuições do Brasil.

19. Documento de aportes de Colombia

20. Do documento do Chile se contribui: “a oferta do Estado (prestação de serviços básicos de acesso a direitos) é precária, ineficiente e padronizada, situação que agrava o desenvolvimento de diferenças setoriais. A responsabilidade é colocada sobre a pessoa para sua situação. Dito sucesso hoje equivale a “ter” e não fazer parte de uma comunidade para a qual se possa contribuir para alcançar o desenvolvimento de cada um, satisfazendo com dignidade as necessidades básicas de cada membro, respeitando nosso meio ambiente”.

numa lógica insustentável de produção de lixo, exploração da natureza e condições indignas de trabalho. É a alienação das pessoas por meio de uma cultura e tecnologias de descarte.



Reprodução de **estilos de vida distantes da natureza e dos saberes tradicionais**, que levam à sua deterioração e a hábitos alimentares baseados no consumo de produtos ultraprocessados. Em relação a esse fenômeno, há uma desvalorização da pequena agricultura²¹, perda de biodiversidade e maior vulnerabilidade das famílias camponesas.



Agravamento de **doenças mentais e toxicodependência**, E as respostas a corpos e comportamentos divergentes são punitivas, confinantes, farmacológicas, discriminatórias e segregadoras.



Sustentando e perpetuando o **racismo**, como base ideológica do sistema de exploração sistêmica em todo o mundo.



Reprodução do **patriarcado**, como forma de dominação e controle dos corpos por meio da violência de gênero, sexismo, exploração da força de trabalho feminizada e completa desigualdade de oportunidades em todas as dimensões da vida



Disseminação de ideologias conservadoras - e até fascistas - que emergem nas burguesias rurais e escravistas, que exibem lógicas agroindustriais²², (monoculturas, uso sementes transgênicas, etc.) Eles deslocam à força populações camponesas e povos tradicionais -levando a assassinatos em muitos casos- e destroem a natureza através do desmatamento e envenenamento dos solos.



Agravamento do fenômeno do **deslocamento forçado** por motivos econômicos ou conflitos armados: em nossa região, povos inteiros são obrigados a migrar para centros urbanos ou para outros países para salvar suas vidas ou sobreviver diante de tanta pobreza²³.

21. "Os pequenos agricultores, na ausência de políticas para o setor, buscam se tornar mais eficientes por meio da incorporação de sementes melhoradas e pacotes tecnológicos que os tornam mais dependentes do mercado e, ao mesmo tempo, reduzem sua capacidade autônoma de reproduzir seus sistemas de vida. A grande diversidade cultivada, baseada nos saberes e práticas de criadores silenciosos, que possibilitaram a reprodução de modos de vida nas comunidades do alto andino e na Amazônia, está inevitavelmente diminuindo." Documento de contribuições da Bolívia.

22. Documento de contribuições da Nicarágua

23. Mencionado entre outros nos documentos de contribuição do México, Guatemala e Nicarágua.

 Instalação de paradigmas de dominação à natureza: modelo utilitarista, consumista e predatório da natureza. Amazônia e outras regiões desmatadas em benefício do agronegócio²⁴, impostas pelo uso de pesticidas.

 Aprofundamento da **crise climática global** e a destruição da natureza por atividades extrativistas desenfreadas²⁵. As culturas originárias e ancestrais perdem territórios e caminham para sua extinção, pois o sistema as considera inferiores e atrasadas em seus estilos de vida de íntima relação com a natureza. A **água é escassa**, gera conflitos de uso e acesso, ou se transforma em mercadoria.

 Afeto na saúde humana por desequilíbrio ecológico: os problemas de saúde das populações em territórios devastados pela megamineração, poluição ambiental industrial ou pulverização de agrotóxicos mostram exemplos diários dos graves efeitos que o modelo de desenvolvimento tem sobre a população. Mas, além disso, a pandemia evidenciou a ligação entre a zoonose e a crise socioecológica²⁶. Como efeito do capitalismo, a humanidade vem sofrendo a implantação de vírus zoonóticos em escala global, com as consequências que vivenciamos desde março de 2020.

En el contexto de la Covid-19 (y de las próximas pandemias)

O aumento de epidemias, doenças causadas por vírus e pela recente pandemia de COVID-19, é um sinal de crise. Chegou-se a um limite, sendo este um “limite sanitário”, ao qual nos lançou a concepção e uso da natureza como mera fonte de recursos; e demonstrando a necessidade de compreender que a humanidade faz parte da teia da vida, da natureza, cujo desequilíbrio e degradação inevitavelmente impactam na saúde física e mental humana.

Além disso, a pandemia do COVID-19 fez uso de desigualdades históricas, como a fome, o trabalho em condições indignas, a precariedade dos serviços básicos e o acesso à saúde para causar todos os danos que está causando.

A pandemia de covid-19 mostrou com toda a sua força essa característica central do problema: a iniquidade. É quase elitista, atacando impiedosamente os mais desfavorecidos, aqueles que

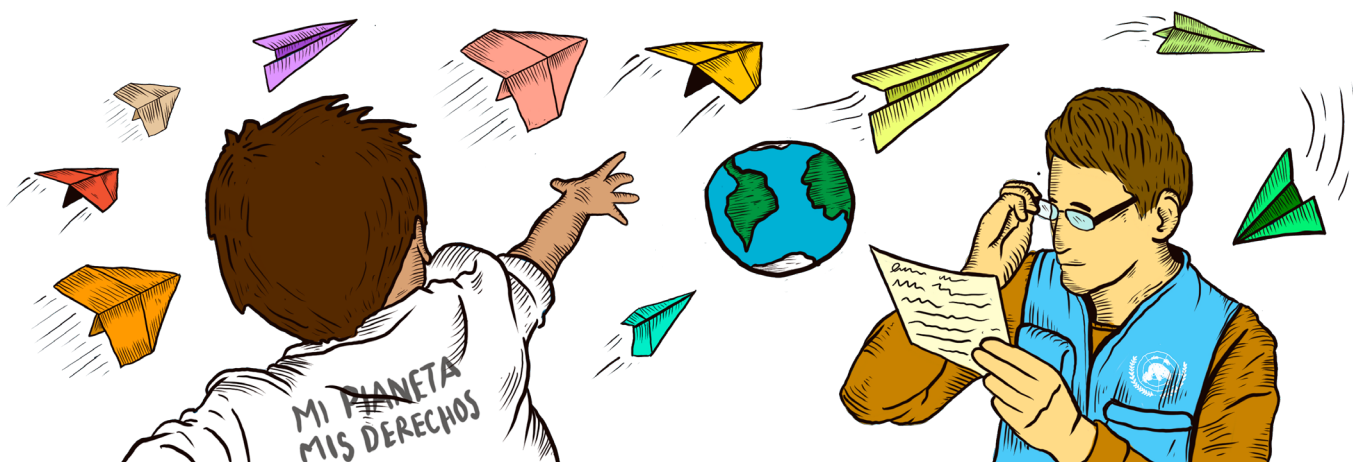
24. “O agronegócio e destruição”. Documento de contribuições do Brasil

25. As mudanças climáticas afetam as populações mais pobres, principalmente crianças e jovens, que são obrigados a migrar para as cidades” Documento de contribuições da Bolívia.

26. Documento de contribuições da Argentina

não têm água potável, aqueles que não puderam se isolar porque a fome os aflige, ou porque sua condição é superlotada. Essa pandemia nos lembra cruelmente que o que chamamos de modelo de desenvolvimento é um modelo de produção de miséria, dominação e dor.

Um exemplo emblemático dos efeitos da pandemia e do desastre do modelo capitalista foi o Brasil. O país com a economia “mais forte” da região, em abril de 2021, teve o maior número de casos (mais de 14,5 milhões), mortes (mais de 400 mil) e até a mutação em cepas locais de COVID-19. Nesse cenário, a população mais vulnerável sofre mais: mais de 19 milhões de pessoas foram atingidas pela fome e 55,56% da população (aproximadamente 116 milhões) estão em condições de insegurança alimentar. No mesmo período de pandemia, 20 novos bilionários surgiram no Brasil²⁷.



27. Documento de contribuições da ORLA

IV. Propostas de boas práticas na América Latina



*“Viver é partir
Voltar e repartir
Partir, voltar e repartir”
 (“É tudo para ontem” - Emerica)*

Da América Latina (assim como de outras regiões do mundo), povos, setores populares urbanos e comunidades rurais possuem uma grande diversidade de práticas, saberes, experiências e aprendizados que estão enraizados em suas memórias históricas e ancestrais; que se renovam e se reelaboram no cotidiano, incorporando também criticamente tecnologias, saberes e processos típicos da sociedade ocidental (que também continua hegemonizando as relações humanas e as organizações sociais contemporâneas) recodificando-os em uma lógica de diálogo de saberes; que também se conectam com vozes críticas e posições alternativas de outros territórios e movimentos políticos e sociais (como o feminismo, a luta ecológica, os movimentos pelos direitos humanos etc.); que compõem formas e redes de vida e produzem significados sociais e identidades coletivas. Mas que exigem maior visibilidade e fortalecimento, diante da contínua subjugação do neoliberalismo e sua lógica de eliminar as diversidades do mundo e impor um único modo de vida (ou perverter a diversidade em mercadoria). A promoção, fortalecimento, articulação e divulgação dessas experiências também repercute na revolta contra o racismo, o machismo, o capacitismo e no enfrentamento da crise climática global, por meio do resgate dos saberes tradicionais da vida.²⁸

Nesse cenário, da América Latina, o Bem Viver foi aberto e retrabalhado a partir da diversidade de contextos e territórios (países, territórios rurais e urbanos, culturas diversas etc.) O Bem Viver é o modo de ligação que articula o estar em comunidade com um ser social. Reconhecendo o impacto negativo do modelo de desenvolvimento neoliberal e capitalista nas pessoas e na Mãe Natureza, promovemos o respeito aos direitos humanos e a harmonia com todos os seres que fazem parte da Mãe Terra de nossas comunidades. A partir daí promovemos o direito à igualdade entre as pessoas, o acesso aos bens comuns em equilíbrio entre as necessidades e o direito da natureza de continuar se criando e ser considerada sujeita de direitos.²⁹

El Buen Vivir posiciona a produção local, valoriza a natureza e resgata/resgata os princípios e saberes da convivência comunal, presentes nos saberes dos povos tradicionais e ancestrais.

28. “Propomos chamar as pessoas para ações que pensem um novo modelo de sociedade que valorize a diversidade humana, a vida livre de violência, a luta pela autonomia dos territórios e dos corpos, além de acesso à cultura e tecnologias não-alienantes. É preciso incluir no debate questões raciais, de gênero e desigualdades sociais para que possamos realmente alcançar o Bem Viver”. Documento de contribuições do Brasil.

29. Documento de contribuições do Chile.

É considerada uma alternativa ao desenvolvimento e não desenvolvimento alternativo, pois não é uma adaptação do modelo econômico vigente. Também não deve ser entendido como um modelo unívoco e fechado³⁰, nem como uma receita dada³¹. Ao contrário, é um convite para construir experiências de vida comunitária em cada território a partir do princípio da igualdade e harmonia social e ambiental, do respeito à memória ancestral e às gerações futuras³².

Nesse sentido, as seguintes propostas podem basear-se em modos alternativos de desenvolvimento, vinculados ao Bem Viver:

 Propor o reconhecimento de direitos, individual e coletivamente, promovendo processos e políticas de restituição e ampliação de direitos. Também para as gerações futuras: particularmente o reconhecimento do direito ao meio ambiente saudável como um direito humano e os direitos que devem ser reconhecidos à natureza³³.

 Praticar a promoção e fortalecimento das relações interculturais e aprendizagem mútua entre diversas culturas.

 Fortalecer as comunidades (tradicionais em contextos rurais ou urbanos), suas práticas e culturas, do ponto de vista socioeconômico e político; que conseguem influenciar como agentes políticos ativos que priorizam as pessoas e a natureza, não o capital.

 Incorporar o reconhecimento de que todos necessitamos de cuidado e apoio, bem como a necessidade de transformar a atribuição historicamente desigual de papéis e tarefas de cuidado às mulheres e identidades feminizadas. Além disso, o cuidado como prática humana que se realiza entre os corpos e com a natureza³⁴.

 Retornar à natureza, reconhecer a importância do cuidado com o meio ambiente, alimentação saudável, valorização dos recursos e consciência dos riscos do mau uso da água e da terra nos fazem olhar para nossos ancestrais, não apenas pelo acesso aos recursos, mas pelas próprias relações de nossa sociedade com seu ambiente (céu, terra e subsolo).

30. Do documento de contribuição de El Salvador, contribui-se o Bem Viver: "implica o questionamento das desigualdades derivadas das diferentes formas de opressão, discriminação, exploração, marginalização e subordinação, principalmente nos setores mais vulneráveis".

31. "...propostas diversas que surgem (já vêm surgindo há muito tempo) de comunidades que pensam em si mesmas e que querem tecer mundos mais justos, dignos e vivos." Documento colombiano

32. "O bem viver, como abordagem, não está acabado, está em constante construção e com suas variações dependendo do contexto em que está ocorrendo" Documento da Guatemala.

33. Nessa linha, a partir das contribuições da Bolívia, exorta-se inclusive a "repensar a necessidade de gerar novos acordos com a natureza. Novos acordos e contrato social com a natureza, em que ninguém e nada é menos"

34. Documento de contribuições da Argentina

 Promover a soberania alimentar, por meio da descentralização e desmonopolização da produção de alimentos, recuperação da biodiversidade e distribuição de sementes para produção orgânica e sustentável.

 Promover relações econômicas locais, na forma de cadeias de economia solidária e incentivo aos pequenos produtores. Promover a agricultura urbana³⁵.

 Promover a transição para fontes de energia renováveis.

 Tratar a água como um bem comum essencial à vida, que merece cuidados desde suas fontes.

 Projetar um modo de vida de complementaridade entre os povos e as forças da natureza, culturas e espiritualidades.

 Realizar o Bem Viver e as relações com a natureza nas cidades, por meio da descentralização dos grandes centros urbanos com base em políticas sustentáveis para que isso seja alcançado.

 Evoluir a matriz de mobilidade urbana, caminhando para modelos ambientalmente sustentáveis.

 Gerar trabalho e renda justa em contextos urbanos, a partir de uma matriz energética sustentável.

 Estimular cadeias produtivas que valorizem as pessoas e não perpetuem lógicas machistas, racistas, capacitistas e sectárias.

 Aproximar a discussão do Bem Viver com os temas de gênero, racismo, capacitismo.

 Estimular modelos alternativos de organização econômica (associações e cooperativas) e de consumo de bens e serviços.

 Gerar fundos públicos para financiar a transição para um modo de vida sustentável baseado na justiça social, racial e de equidade de gênero, por meio de uma reforma tributária que alcance a desconcentração da riqueza.

35. Como diz o documento boliviano: "...vestir a natureza em territórios urbanos e rurais com um poncho verde"

 Propor um diálogo de saberes, ou seja, que não exclua nenhuma forma de sentir-pensar e cosmo-experimentar o mundo. Diálogo entre tradição e modernidade, entre mundos diversos e em mudança.

Considerar os seguintes princípios:

 Princípio da paridade, que mostra a necessária correspondência entre entidades e ações, uma vez que suas duas contrapartes formam um todo integral;

 Princípio do serviço comunitário, de uma democracia participativa, em que cada membro da comunidade tem a obrigação de fornecer cargos e serviços à sua comunidade; e da reciprocidade, dos seres humanos com os outros, com a natureza e com os espíritos guardiões do território.

 De suficiência como resposta ao consumismo desenfreado e à lógica das necessidades ilimitadas.

Todas essas propostas são articuladas a partir das seguintes abordagens transversalmente a cada uma das práticas³⁶.

 **Diversidade:** entendendo que somos uma região com uma poderosa diversidade biológica, cultural, étnica, social, corporal, sexual e de gênero. A diversidade e o encontro definem-nos, é um atributo que distingue a história e o presente da nossa região, a possibilidade de dignidade futura nos nossos territórios está também ligada à promoção desta abordagem.

 **Transversalidade do Respeito e dos Direitos:** a nossa é uma região que defende o respeito como valor fundamental das relações humanas e com entidades não humanas (naturais, espirituais). Ao mesmo tempo, o exercício dos direitos humanos (dos humanos contemporâneos, dos que foram antes, dos que virão no futuro) e da natureza, responde às conquistas sociais que promovem relações de dignidade e solidariedade. A luta por direitos atravessa nossas propostas e experiências não apenas na exigência de que os direitos não sejam violados, mas também na promoção e demanda de políticas e processos sociais que os ampliem, que incorporem grupos sociais mais vulneráveis, e a natureza ao exercício dos direitos.

36. Com base nas contribuições do documento do Peru



Afirmação cultural: atreladas ao respeito, nossas práticas também estimulam o reconhecimento e a valorização de nossas próprias raízes. Os exercícios de memórias sociais, populares e históricas também apontam para essa abordagem.



Interculturalidade e diálogo intergeracional: aprendizagem entre diferentes culturas e entre diferentes idades para continuar tecendo a comunidade de todas as perspectivas e atores.



Diálogo de saberes: diante da história de colonização de nossos territórios, o diálogo de saberes recupera a conversa, na diversidade de formas, como prática para desenvolver a cultura e se baseia na equivalência e igualdade, como forma de aprender com dignidade e respeito. É compartilhar experiências e conhecimentos para continuar convivendo em comunidade.



Desaprendizado e recomunalização: entendendo que o que foi aprendido pelo sistema hegemônico, é preciso reconhecer que devemos reaprender nossos conhecimentos e nos juntarmos à comunidade para continuar criando melhores espaços de harmonia e convivência.



V. Experiências para uma vida de bem-estar e harmonia



Seguindo a nossa história de conversa a partir do nosso espaço regional de três vozes, no processo de construção coletiva deste documento, decidimos partilhar as nossas experiências na diversidade de contextos e territórios onde regeneramos os nossos projetos. Apresentamos e compartilhamos experiências, práticas e aprendizados. Convidamo-nos a revisitar e resgatar tradições e a reinventar novas ideias. E sobretudo pensar em nós mesmos como uma comunidade regional, a partir de nossas buscas comuns. O texto que segue é um único passeio possível por essas experiências. É um voo sobre nossos diversos territórios, sobre nossas comunidades e sobre a América Latina. Um voo que nos convida a nos elevar e criar alternativas de desenvolvimento para um outro mundo possível.

Destacamos a importância da diversidade biológica e cultural, onde se destacam os saberes ancestrais e os métodos tradicionais nas diversas comunidades espalhadas pelo nosso território. Este fato não se reflete apenas na área rural, também é possível visualizá-lo na área urbana. A **abordagem da diversidade** abrange culturas, gêneros, modos de vida, comunidades, raça, social e biodiversidade.

Promovemos processos que nos permitem reconhecer-nos como crianças, jovens e adultos defensores dos **direitos ecológicos e ambientais**, atores sociais que zelam pelos direitos não só das pessoas, mas da Mãe Natureza. Onde devemos aceitar nossas diferenças e semelhanças para continuar construindo comunidade.

Dentro da diversidade, é fundamental buscar a reivindicação das práticas ancestrais de nossas culturas. Onde se realiza a **participação de crianças, jovens e adultos**, com um sentido de viver e relacionar-se de forma diferente, recuperando a liberdade interior e exterior, aprendendo a ouvir e a partilhar, livres de qualquer medo e violência.

Da mesma forma, identificamos as diversas formas de práticas em nossos territórios, incluindo a **advocacia política, pública e espiritual**, que faz parte dos processos de organizações parceiras e redes infanto-juvenis. Isso nos permite garantir o **protagonismo na participação**³⁷ e **exercício de direitos**. Vozes e sentimentos de crianças e jovens, articulando a partir das perspectivas da diversidade e da igualdade³⁸.

37. Expresso entre outros no documento de contribuição do México

38. Documento de contribuições da Argentina

Reconhecendo que os processos de advocacia são adaptados aos contextos de cada território, nos últimos anos tivemos um exemplo claro em países como Argentina, Chile, Bolívia, Colômbia, Peru, entre outros, diante de diferentes crises sociais. Onde jovens e mulheres se destacaram com um papel importante contra os confrontos e repressões nas marchas e convocações pacíficas, contra os diferentes contextos de violência e violação de direitos.

A **abordagem de afirmação cultural** entendida como auto-reconhecimento de nossas práticas e conhecimentos. É importante reconhecer que a visão biocêntrica, visão que esquecemos de nossas culturas, nos permite retomar ações de **cuidado e regeneração da natureza** como responsabilidade de todos. A descontaminação dos corpos d'água, do solo e do ar, ou o tratamento do lixo são tarefas urgentes que não podemos continuar adiando, que devem ser realizadas por meio de práticas comunitárias. Por isso, temos realizado iniciativas de recuperação de mananciais em espaços urbanos e rurais para mobilizar e sensibilizar a população, promovendo o plantio de árvores nativas, ou o resgate da ritualidade e festas da Pachamama que nos permite manter nossa vínculo de harmonia com ela.

Da mesma forma, estamos comprometidos com um diálogo em defesa da mãe natureza, contra o sistema extrativista e o poder das grandes corporações que subjagam pela exploração dos territórios.

Nos últimos anos, nos permitimos explorar a magnitude do **Bem Viver no espaço urbano**, o que permitiu o processo de reconhecimento mútuo a partir das tradições acontecer nas cidades. Com isso, afirmamos nossas culturas e saberes para assumirmos o espaço urbano como **cidades de convívio**³⁹. Isso gera um cenário para prevenir violências de todos os tipos, mas também para fomentar as áreas de comunalidade. Nesse caminho, a recuperação de áreas comunitárias nas cidades parece viável.

A partir das práticas de diálogo de saberes, abrem-se caminhos que nos permitem recuperar e recriar as práticas de nossas comunidades rurais, litorâneas, andinas e amazônicas, além das urbanas. Colocamos em prática espaços de troca e diálogo de saberes entre diferentes culturas e territórios. A **formação da agrobiodiversidade** no ambiente familiar, comunitário e escolar é realizada na produção de pomares que, por sua vez, estimulam a alimentação saudável. A recuperação das festas tradicionais no meio urbano e rural, buscam celebrar a própria comunidade e resgatar nossa relação

39. Documento de contribuições do Peru.

com a Mãe Terra: resgate de práticas rituais, como símbolo de conexão espiritual entre o mesmo povo, a comunidade e nossa Mãe Terra.

Reconhecemos e valorizamos que grande parte de nossos territórios é habitada e criada pelo que a modernidade chamou de migrantes. Por isso, a **interculturalidade** está presente em cada uma de nossas ações. Nossas culturas tradicionais têm raízes que se desenvolveram no caminhar, na liberdade de não estabelecer fronteiras, mas caminhos.

Com nossas práticas aprendemos com os ciclos de harmonia com a natureza, buscando o resgate do conhecimento sobre as plantas medicinais, com o objetivo de promover a saúde. Diante do contexto da pandemia do COVID-19, iniciaram-se processos de diálogo de saberes entre os sistemas biomédico, ancestral e alternativo. As famílias têm partilhado conhecimentos com crianças e jovens. Permitiu que as tradições orais e os conhecimentos medicinais continuassem. Da mesma forma, espaços de reflexão entre sábios e sábios que ensinaram e reavaliaram a importância de recuperar o trabalho dos ofícios.

Outro fato importante dentro da prática do Bem Viver é que tem gerado processos de desaprendizagem e recomunalização contra o sistema hegemônico que rompeu todos os vínculos com nossa comunidade, Mãe Terra e com nossas divindades. Portanto, há uma necessidade urgente de conscientizar a população sobre a violência ambiental. Os temas giram em torno da promoção do consumo responsável, da produção ecológica e agroecológica, do respeito aos direitos da Mãe Terra e da necessidade de nos mobilizarmos para reverter os maus tratos que exercemos sobre ela; e a promoção de **comunidades urbano-rurais solidárias**.

Graças a isso, temos gerado **propostas educativas baseadas na educação popular, ambiental e intercultural**, com novas formas de convivência a partir de uma perspectiva biocêntrica, garantindo mecanismos de ação coletiva com crianças, jovens e comunidades. Estes processos de formação são adaptados aos diferentes contextos vividos em cada território. Como pode ser diante de agitação social, crise política, crise social ou crise de saúde.

Na região, temos atualmente iniciativas que fazem parte desse aspecto. Assim são as **escolas do Bem Viver**, no âmbito da educação comunitária e popular, rodas de interaprendizagem, mapeamento coletivo para educação ambiental e voluntariado.

Incentivamos a **construção orgânica natural e a gestão comunitária da água**, fortalecendo os aquedutos comunitários como mecanismo para ciclos de uso totalmente sustentáveis, consistentes com nossa relação harmoniosa com a Mãe Terra.

É importante que a busca do consenso seja incentivada por meio do trabalho comunitário, da tomada de decisões visando à melhoria do bem comum.

Nos últimos tempos, após o problema da pandemia, o consenso e o **trabalho comunitário** foram reativados, principalmente nas áreas urbanas. Tudo isso se deve ao fato de que, após o estado de emergência sanitária, muitas famílias foram afetadas economicamente e não tiveram acesso à compra de alimentos. Isso obrigou a respostas imediatas como panelas comuns, troca de produtos, compra em conjunto para reduzir custos. **As economias solidárias apoiaram mesmo a economia local** onde foram incentivados os fundos próprios populares e solidários.

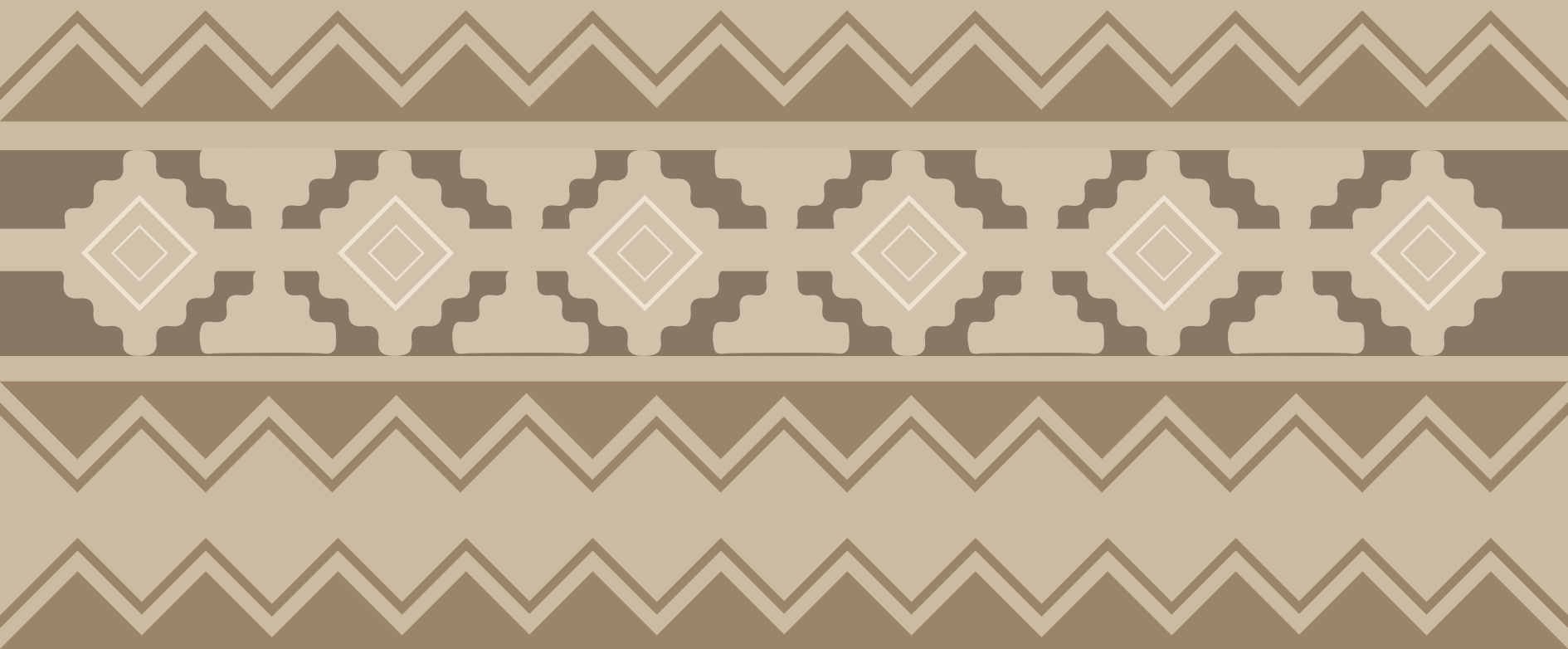
Temos trabalhado na **transformação da cidade**, melhorando a qualidade de vida das comunidades na **perspectiva do direito à cidade**. Entre outras, as iniciativas têm como foco as experiências de hortas urbanas em suas residências, com o objetivo de promover uma alimentação mais saudável e sustentável.

Nossas experiências e práticas fluem para o cotidiano, na busca conjunta de soluções comuns para problemas, injustiças e necessidades. As práticas se relacionam entre si, remetem a várias abordagens (por exemplo, direitos, gênero, diversidade, diálogo de saberes) e desarmam as pretensões de esquemas acabados, mas são uma fonte de energia que nos permite sonhar com novos horizontes.





VI. Horizonte / Conclusões



Ao longo deste documento, as 3 vozes da América Latina olham para o passado para ter pistas dos caminhos para o futuro, tendo um olhar da infância, adolescência e juventude e seus direitos. Com uma reflexão crítica sobre o sistema imposto, vigente, e os elementos nocivos que traz às populações da região, fica clara a crítica a um sistema que não respeita (viola) direitos. discrimina –por gênero, raça, cultura, corporalidades, origem social– e trata o meio ambiente como um commodity, um produto que é utilizado para outros fins: acumulação de capital para poucos. A lógica da colonização, dominação e controle dos corpos de séculos passados ainda está muito viva na colonialidade do poder. Este contexto, marcado por desigualdades, crise de acesso a direitos e crise climática agravada pela pandemia, foi o ponto de partida para este documento. A pandemia abriu as portas para violações de direitos que não estavam tão presentes –como fome e insegurança alimentar– dando espaço a governos e políticas que flertam com o fascismo e se curvam aos Estados Unidos.

Isso sem perder de vista as crianças, que mais sofrem com os efeitos negativos desse sistema atual, que têm direitos garantidos nos marcos legais, mas não realizados.

Por isso, um elemento importante dessa visão é cruzar críticas e propostas baseadas nessa alternativa de acesso das crianças, para garantir sua participação nesse processo. Com contribuições de crianças, jovens e adultos de 10 países da América Latina, falamos sobre os direitos das gerações futuras e um diálogo necessário de saberes intergeracionais, que tem em seu centro contribuições das culturas e das pessoas que as vivem, sem perder o olhar em uma alternativa que não seja patriarcal, racista ou fascista.

Não há nenhuma pretensão de oferecer uma única alternativa a esse modelo. Apresentamos as ideias plurais latino-americanas de Bem Viver, Sumak Kawsay, Utläj K’aslemal⁴⁰

Portanto, não há receita para um modelo alternativo ao desenvolvimento. Procuramos captar a crítica de quem sofre todos os dias e valorizar o conhecimento tradicional e propor aplicações tanto no meio rural como no urbano. Por meio desse resgate de culturas, da natureza e de outros modos de vida, tentamos deixar claro que sim, outro mundo é possível, e está sendo construído a cada dia, em bairros, comunidades rurais, territórios, em povos que recuperam suas raízes e construir futuros de dignidade.

40. “Um modo de ser e conviver do ser humano no mundo, apresentado como o «Utz ou utzläj K’aslemal» que significa «boa vida, bem viver, ou vida em bem-estar, ou bem-estar da vida» ou Raxaläj K’aslemal que “vida fresca ou vida em gozo”, em algumas das línguas maias que são faladas, como Kiche’, Kaqchikel e outras.” Documento de contribuições da Guatemala.



VII. Anexo documental e bibliográfico

-  Documento de contribuições do México - <https://bit.ly/documentoMexico>
-  Documento de contribuições da Guatemala - <https://bit.ly/documentoGuatemala>
-  Documento de contribuições de El Salvador - <https://bit.ly/DocumentoElSalvador>
-  Documento de contribuições da Nicarágua - <https://bit.ly/DocumentoNicaragua>
-  Documento de contribuições da Colômbia - <https://bit.ly/DocumentoColombia>
-  Documento de contribuições do Brasil - <https://bit.ly/DocumentoBrasil>
-  Documento de contribuições do Peru I - <https://bit.ly/DocumentoPerú1>
Documento de contribuições do Peru II - <https://bit.ly/DocumentoPerú2>
-  Documento de contribuições da Bolívia - <https://bit.ly/DocumentoBolivia>
-  Documento de contribuições do Chile - <https://bit.ly/DocumentoChile>
-  Documento de contribuições da Argentina - <https://bit.ly/DocumentoArgentina>
-  Documento de contribuição ORLA - <https://bit.ly/DocumentoORLA>
-  Registro dos acordos apresentados pelos grupos de trabalho em plenário durante o dia de discussão regional. - <https://bit.ly/RegistroJornadaBV>
-  Arquivo com documentos de fundo, artigos e bibliografia consultados - <https://bit.ly/CarpetaBibliografiayDocs>
-  Albert Recknagel, “Formas alternativas de bem-estar: protegendo os direitos das gerações futuras e os direitos da natureza”
<https://bit.ly/ArticuloRecknagel>

Bem-estar além do desenvolvimento

Boa Viver na América Latina



Documento Regional

